

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC S.A.
Concurso Público para Formação de Cadastro de Reserva em Cargos de
Nível Superior e Nível Médio – Edital nº 01/2016, de 11 de novembro de 2015

Cargo: Analista Administrativo e Operacional – ABO
Área de atuação: 101 – ADVOGADO

Data e horário da prova: domingo, 20/3/2016, às 8h30

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno de questões da prova objetiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, e apenas uma alternativa correta;
 - um caderno da prova discursiva com uma questão;
 - um cartão de respostas ótico personalizado;
 - uma folha de resposta da prova discursiva.
- Verifique se a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e a codificação do cartão de respostas ótico e folha de resposta da prova discursiva estão corretas.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado do cartão de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A solidão aperta nosso coração.

- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do cartão de respostas ótico.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá entregar seu cartão de respostas ótico e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES o cartão de respostas devidamente assinado.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada de material transparente.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Desligue e guarde em embalagem fornecida pelo fiscal do IADES: máquina fotográfica; telefone celular; relógio; gravador; *bip*; receptor; *pager*; *notebook*; *tablet* eletrônico; *walkman*; aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais; agenda eletrônica; *palmtop*; régua de cálculo; máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento similar.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no cartão de respostas da prova objetiva e na folha de respostas da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no cartão de respostas.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no cartão de respostas ótico, uma única alternativa.
- O cartão de respostas ótico e a folha de respostas da prova discursiva não podem ser dobrados, amassados, rasurados ou manchados e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no cartão de respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Texto 1 para responder as questões de 1 a 4.

CEITEC entra na reta final de produção do chip do passaporte

Até meados de 2016, o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), de Porto Alegre, deverá lançar o seu mais novo produto. Trata-se de um *chip* — o CTC21001 (*e-passport*), um circuito integrado de alta frequência direcionado ao mercado de identificação pessoal e segurança da informação — que será utilizado no passaporte brasileiro, conforme definições da International Civil Aviation Organization. Em sua apresentação, no 10º Seminário de Telecomunicações, promovido pelo Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da Fiergs, em 8 de outubro, André Braga, gerente da empresa, afirmou que o *chip* é um elemento adicional de segurança do documento que tem a função de impedir eventuais falsificações.

Conforme Braga, o produto segue o padrão internacional e utiliza a mesma tecnologia dos cartões de crédito. O *chip* armazena as informações pessoais do dono do passaporte, como nome, data de nascimento, fotografia, assinatura, impressões digitais e o país de origem. Dispõe de processo criptográfico para garantir a originalidade e autenticidade dessas informações, o que é feito por meio de certificados e assinaturas digitais. Com o uso de uma senha, ele libera acesso às impressões digitais e a foto em caso de necessidade de comprovação da assinatura e da foto impressas no passaporte. O sistema de segurança impede, da mesma forma, a eventual alteração nas informações do *chip*.

Por meio de um convênio de cooperação técnica firmado com a Casa da Moeda do Brasil (CMB), a empresa vem desenvolvendo o produto desde 2012. Somente para produzir o primeiro protótipo, a equipe da CEITEC trabalhou durante o período de cerca de um ano, enquanto as fases de treinamento, a concepção e a aplicação de segurança abrangeram um período de três anos. A produção estimada é de 2,2 milhões de unidades por ano.

Disponível em: <<http://www.revistamodal.com.br/telecomunicacoes/ceitec-entra-na-reta-final-de-producao-do-chip-do-passaporte/>>. Acesso em: 24 nov. 2015 (fragmento), com adaptações.

QUESTÃO 1

Com base nas informações do texto e nas relações existentes entre as partes que o compõem, assinale a alternativa correta.

- (A) A informação expressa pelo título é suficientemente contemplada pelo período que introduz o texto, portanto um deles poderia ser descartado.
- (B) Acerca da estrutura do primeiro parágrafo, pode-se dizer que, somente a partir do segundo período, são apresentadas informações que definem e especificam o produto citado no período anterior.
- (C) A apresentação detalhada do produto a ser lançado em 2016 só é feita no segundo parágrafo.
- (D) O conteúdo do segundo parágrafo destoa parcialmente do que é declarado no primeiro, pois passa a focalizar a produção de um novo tipo de passaporte, e não de um novo *chip*.
- (E) O terceiro parágrafo, após retomar as principais informações do texto, apresenta um breve histórico das etapas de produção do *chip* do passaporte.

QUESTÃO 2

No que se refere às regras prescritas pela norma-padrão a respeito do emprego dos sinais de pontuação, assinale a alternativa correta relativa ao período “Até meados de 2016, o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), de Porto Alegre, deverá lançar o seu mais novo produto.” (linhas de 1 a 3).

- (A) Caso o termo “Até meados de 2016” fosse deslocado para o final do período, imediatamente após o vocábulo “produto”, deveria ser utilizada uma vírgula.
- (B) Se o termo “de Porto Alegre” fosse excluído do texto, apenas uma das vírgulas utilizadas originalmente para isolá-lo deveria ser mantida.
- (C) Os parênteses foram empregados indevidamente para apresentar uma informação acerca do termo “Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada”.
- (D) As vírgulas empregadas antes e depois do termo “de Porto Alegre” deveriam ser excluídas, caso, no lugar dele, fosse empregada a oração **que fica em Porto Alegre**.
- (E) A redação **O Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, que está situado em Porto Alegre, deverá lançar, até meados de 2016, o seu mais novo produto**, poderia substituir o período original.

QUESTÃO 3

Acerca das questões sintáticas que envolvem o período “Em sua apresentação, no 10º Seminário de Telecomunicações, promovido pelo Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da Fiergs, em 8 de outubro, André Braga, gerente da empresa, afirmou que o *chip* é um elemento adicional de segurança do documento que tem a função de impedir eventuais falsificações.” (linhas de 8 a 13), é correto afirmar que

- (A) o termo “gerente da empresa” é o sujeito da ação expressa pelo verbo “afirmou”.
- (B) o termo “promovido pelo Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da Fiergs” funciona como agente da passiva.
- (C) as orações introduzidas pelo vocábulo “que” desempenham o mesmo papel em relação à oração anterior.
- (D) o sujeito da oração “que tem a função de impedir eventuais falsificações.” é “que”.
- (E) o termo “de impedir eventuais falsificações” exerce a função de objeto indireto.

Área livre

QUESTÃO 4

Considerando o sentido dos vocábulos destacados no período “Conforme Braga, o produto segue o padrão internacional e utiliza a mesma tecnologia dos cartões de crédito.” (linhas de 14 a 16), assinale a alternativa que preserva integralmente a mensagem original do texto.

- (A) **De acordo com** Braga, o produto segue o padrão internacional e utiliza tecnologia **semelhante** à dos cartões de crédito.
- (B) **Não obstante** Braga, o produto segue o padrão internacional e utiliza tecnologia **idêntica** à dos cartões de crédito.
- (C) **Em consonância com** Braga, o produto segue o padrão internacional e utiliza tecnologia **igual** à dos cartões de crédito.
- (D) **Indo de encontro com** Braga, o produto segue o padrão internacional e utiliza a **equivalente** à tecnologia dos cartões de crédito.
- (E) **Segundo** Braga, o produto segue o padrão internacional e utiliza tecnologia **similar** à dos cartões de crédito.

Texto 2 para responder as questões de 5 a 8.

Tecnologia no futebol

1 A partida entre França e Honduras na primeira rodada da Copa do Mundo entrou para a história. Não pela emoção do jogo em si — a goleada aplicada pelos franceses era
4 previsível —, mas porque, pela primeira vez, um computador validou um gol.

7 O atacante francês Karim Benzema bateu de dentro da área, a bola tocou na trave e voltou ao goleiro hondurenho Valladares, que a segurou de maneira desajeitada. Para surpresa dos torcedores, o árbitro brasileiro Sandro Meira
10 Ricci apontou o centro do campo, indicando o gol.

13 A confirmação de que a bola havia cruzado a linha chegou ao relógio do juiz. Quem decidiu o lance foi um novo tira-teima, que, em no máximo 1 segundo depois da jogada, envia a notificação de gol — resultado de uma
16 parafernália tecnológica nos campos de futebol que envolve 14 câmeras e poderosos computadores para processar as
17 imagens em tempo real.

Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1068/noticias/tem-chip-na-bola-na-camisa>>. Acesso em: 24 nov. 2015 (fragmento).

QUESTÃO 5

Considerando a relação existente entre a mensagem do texto e o modo como ele está organizado, é correto afirmar que o autor

- (A) mostra-se declaradamente favorável ao uso da tecnologia no futebol, tanto é que considera a partida entre França e Honduras um marco da história.
- (B) assume uma posição contrária ao uso da tecnologia no futebol, já que defende o respeito à autoridade do árbitro durante uma partida.
- (C) não se posiciona explicitamente a respeito do tema abordado, embora reconheça a relevância histórica da partida devido a um episódio, até então inédito, nela ocorrido.

- (D) questiona a eficácia do novo tira-teima, pois cita um exemplo em que o árbitro, sem o auxílio da tecnologia, confirmou o gol do atacante francês.
- (E) apenas descreve os episódios que antecedem o gol do atacante francês.

QUESTÃO 6

Com base na norma-padrão e nos elementos de coesão utilizados no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A substituição do trecho “Não pela emoção do jogo em si — a goleada aplicada pelos franceses era previsível!” (linhas de 2 a 4) pela redação **Não pela emoção do jogo em si, uma vez que a goleada aplicada pelos franceses era previsível** não comprometeria a coesão do texto.
- (B) Na oração “mas porque, pela primeira vez, um computador validou um gol.” (linhas 4 e 5), o autor utilizou a conjunção “mas” para confirmar uma expectativa gerada anteriormente e, em seguida, empregou a conjunção “porque” para introduzir uma explicação referente ao fato descrito no período anterior.
- (C) A inclusão da expressão adverbial **no momento seguinte**, logo após o termo destacado no trecho “a bola tocou na trave e voltou ao goleiro hondurenho Valladares” (linhas 7 e 8), comprometeria a coesão entre as orações.
- (D) Os pronomes destacados na oração “que a segurou de maneira desajeitada.” (linha 8) retomam, respectivamente, os termos “goleiro hondurenho Valladares” e “a bola”. Portanto, “que” poderia ser substituído pelo pronome **onde** e, no lugar de “a”, poderia ser empregada a expressão **esse objeto**.
- (E) A oração “para processar as imagens em tempo real.” (linhas 16 e 17) está introduzida por uma conjunção que estabelece uma relação de causa com o conteúdo da oração anterior.

QUESTÃO 7

Considerando as regras prescritas pela norma-padrão acerca da concordância dos verbos e dos nomes e as questões sintáticas referentes ao fragmento “Quem decidiu o lance foi um novo tira-teima, que, em no máximo 1 segundo depois da jogada, envia a notificação de gol” (linhas de 12 a 14), assinale a alternativa correta.

- (A) A redação **Fomos nós quem decidiu os lances e a partida confusa** não poderia substituir o trecho “Quem decidiu o lance foi um novo tira-teima”.
- (B) O autor, se julgasse necessário, poderia substituir o trecho “Quem decidiu o lance foi um novo tira-teima” por qualquer uma das seguintes redações: **A maior parte dos lances foi decidida por um novo tira-teima** ou **A maior parte dos lances foram decididos por um novo tira-teima**.
- (C) Caso o autor substituisse o sujeito “um novo tira-teima” pelo pronome **eu**, a nova redação poderia ser **Quem decidiu o lance foi eu, que, em no máximo 1 segundo depois da jogada, enviei a notificação de gol**.
- (D) No lugar do termo “1 segundo”, o autor poderia empregar a construção **bastante segundos**.
- (E) A construção **2 segundos e meios** poderia substituir o termo “1 segundo”.

QUESTÃO 8

Tendo como referência as regras de ortografia vigentes e os mecanismos de flexão dos nomes e verbos, considere o último parágrafo do texto e assinale a alternativa correta.

- (A) No lugar de “cruzado”, seria possível empregar **ultra-passado**.
- (B) O plural de “tira-teima” é tiras-teimas, o que se justifica pela mesma regra que respalda a construção segundas-feiras.
- (C) A forma **enviarião** corresponde à terceira pessoa do plural, no futuro do pretérito, de “envia”.
- (D) Caso quisesse acrescentar o prefixo **re** ao vocábulo “envia”, o autor deveria escrever **reenvia**. A mesma regra orienta a grafia de reescrito.
- (E) O vocábulo “câmera” está grafado corretamente, pois designa um aparelho de filmagem; entretanto, caso se referisse a uma máquina fotográfica, deveria ser substituído por **câmara**.

Texto 3 para responder as questões de 9 a 12.

Celular molhado

¹ Ria o quanto quisesse, mas os casos em que pobres aparelhos foram inundados por completo por tomarem banhos em baldes, caírem junto com seus donos em piscinas, em vasos sanitários ou por terem tomado muita chuva não são raros. Você está muito mais suscetível do que imagina a essa “dor de cabeça”.

⁷ É justamente por esse motivo que indicações de deixar o aparelho longe de água ou do calor em excesso ganham até mesmo folhetos separados na compra de um aparelho novo ou ainda boas doses de páginas de manuais. O pior de tudo é que a garantia é perdida na maioria dos casos (e os técnicos conseguem identificar quando tudo foi encharcado por fitas especiais).

PANKIEWICZ, Igor. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/celular/1781-operacao-resgate-celular-molhado.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2015 (fragmento), com adaptações.

QUESTÃO 9

Em conformidade com a mensagem e as construções linguísticas do texto, é correto afirmar que o (a)

- (A) autor, logo no início, adverte o leitor para que não ria de situações corriqueiras.
- (B) vocábulo “pobres”, no primeiro período, exemplifica o uso da antítese para ressaltar a contradição que consiste em rir de uma situação que não tem graça.
- (C) autor recorre à metáfora ao utilizar a expressão “dor de cabeça” (linha 6) para se referir à situação incômoda enfrentada por uma pessoa quando o celular dela é molhado acidentalmente.
- (D) expressão “calor em excesso” (linha 8) exemplifica um exagero de pensamento, portanto serve como exemplo de hipérbole.
- (E) vocábulo destacado no trecho “ou ainda boas doses de páginas de manuais.” (linha 10) indica, com precisão, a quantidade de páginas a serem lidas por quem compra um telefone celular.

QUESTÃO 10

De acordo com o período “Você está muito mais suscetível do que imagina a essa ‘dor de cabeça’.” (linhas 5 e 6) e com as regras a respeito de regência prescritas pela norma-padrão, assinale a alternativa correta.

- (A) A redação **Você se simpatiza muito mais do que imagina com essa “dor de cabeça”**. poderia substituir a original.
- (B) Caso o adjetivo “suscetível” fosse substituído pelo vocábulo **coerente**, no lugar da preposição “a”, deveria ser empregada a preposição **por**.
- (C) A preposição “a” deveria obrigatoriamente ser substituída por outra, caso o adjetivo “suscetível” fosse substituído por **simpática**.
- (D) O período poderia ser iniciado da seguinte maneira: **Tenho certeza que você está muito mais suscetível**.
- (E) Logo após o termo “essa ‘dor de cabeça’”, poderia ser empregada a construção da qual tenta fugir.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa que, em conformidade com as regras de colocação pronominal prescritas pela norma-padrão, apresenta outra redação para o trecho “O pior de tudo é que a garantia é perdida na maioria dos casos” (linhas 10 e 11).

- (A) O pior de tudo é que perde-se a garantia na maioria dos casos.
- (B) Nunca se consegue a garantia na maioria dos casos. Isso é o pior de tudo.
- (C) O pior de tudo é que não tem-se a garantia na maioria dos casos.
- (D) Se perde a garantia na maioria dos casos, o que é o pior de tudo.
- (E) A garantia sempre perde-se na maioria dos casos. Isso é o pior de tudo.

QUESTÃO 12

Com base no sentido das classes gramaticais empregadas no período “(e os técnicos conseguem identificar quando tudo foi encharcado por fitas especiais).” (linhas de 11 a 13), assinale a alternativa correta.

- (A) O uso do artigo “os” revela uma referência imprecisa ao substantivo “técnicos”.
- (B) O autor, ao empregar “conseguem”, no presente do indicativo, revela, no momento da fala, a sua certeza diante do fato expresso pelo verbo.
- (C) O emprego de “foi”, no pretérito perfeito indicativo, indica uma ação em processo no passado.
- (D) O autor poderia substituir “foi” por **for**, caso quisesse fazer referência a um fato tido como certo e posterior à sua fala.
- (E) O emprego da contração **pelas**, no lugar da preposição “por”, preservaria o sentido original.

Texto 4 para responder as questões de 13 a 15.

Queremos saber

- 1 Queremos saber
O que vão fazer
Com as novas invenções
- 4 Queremos notícia mais séria
Sobre a descoberta da antimatéria
E suas implicações
- 7 Na emancipação do homem
Das grandes populações
Homens pobres das cidades
- 10 Das estepes dos sertões
Queremos saber
Quando vamos ter
- 13 Raio *laser* mais barato
Queremos, de fato, um relato
Retrato mais sério do mistério da luz
- 16 Luz do disco voador
Pra iluminação do homem
Tão carente, sofredor
- 19 Tão perdido na distância
Da morada do Senhor
Queremos saber,
- 22 Queremos viver
Confiantes no futuro
Por isso se faz necessário prever
- 25 Qual o itinerário da ilusão
A ilusão do poder
Pois se foi permitido ao homem
- 28 Tantas coisas conhecer
É melhor que todos saibam
O que pode acontecer
- 31 Queremos saber, queremos saber
- 32 Queremos saber, todos queremos saber.

GIL, Gilberto. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/cassia-eller/queremos-saber.html#ixzz3rthstHZI>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

QUESTÃO 13

Com base na leitura compreensiva do texto, é correto afirmar que o eu poético

- (A) considera a ciência inútil, pois não vê resultados práticos das descobertas científicas na vida do ser humano comum.
- (B) ignora que houve avanços científicos.
- (C) revela ter interesse pelos avanços científicos e considera que a ciência deve estar a serviço do bem comum.
- (D) conclui que o ser humano comum não tem capacidade de compreender as discussões científicas.
- (E) supervaloriza a fé em Deus em detrimento da fé na ciência.

QUESTÃO 14

Pelo contexto, conclui-se que os vocábulos “implicações” (verso 6) e “emancipação” (verso 7) significam, respectivamente,

- (A) consequências e autonomia.
- (B) causas e autossuficiência.

- (C) provocações e felicidade.
- (D) alterações e angústia.
- (E) resultados e existência.

QUESTÃO 15

De acordo com a norma-padrão, o trecho destacado no verso “Por isso se faz necessário prever” (verso 24) poderia apresentar a seguinte redação:

- (A) é necessário que seja feito a previsão.
- (B) é necessária um tipo de previsão.
- (C) necessário é a previsão.
- (D) necessária é a previsão.
- (E) é necessário uma espécie de previsão.

LÍNGUA INGLESA
Questões de 16 a 25

Text 5 to answer questions 16 to 19.

1 [...] Black Friday, which has traditionally been the moment to flock to stores for steep discounts, and which has evolved to also include major online sales events for 4 retailers like Amazon, Best Buy and Walmart, is not all that it is billed to be. We asked J. D. Levite, the deals editor of the product recommendations website The Wirecutter, for 7 some data on just how beneficial the deals are on Black Friday – and the answer was not encouraging.

Year round, Mr. Levite and his team track product 10 prices across the web to unearth discounts on goods of all types, from gadgets to kitchenware. They also look at whether the product is high quality and durable based on 13 their own testing and other reviews, and whether the seller or brand has a reasonable return or warranty policy. By those measures, Mr. Levite said, only about 0.6 percent, or 16 200 out of the approximately 34,000 deals online, which typically carry the same price tags inside retailers’ physical stores, will be good ones on Black Friday.

19 “There are just more deals on that day than any other day of the year,” he said. “But for the most part, the deals aren’t anything better than what you’d see throughout the 22 rest of the year.” [...]

Internet: <<http://www.nytimes.com/2015/11/26/technology/personaltech/black-friday-deal-or-dud-how-to-shop-smart-this-holiday-season.html>>. Access: 26 nov. 2015.

QUESTÃO 16

According to the sentence “Mr. Levite and his team track product prices across the web to unearth discounts on goods of all types, from gadgets to kitchenware” (lines 9 to 11),

- (A) there are two types of goods: gadgets and kitchenware.
- (B) “unearth discounts” means that discounts are not from planet Earth.
- (C) “from gadgets to kitchenware” is a sentence that corroborates the idea that they tracked many and varied products.
- (D) gadgets and kitchenware are good.
- (E) Mr. Levite is very competent at his job.

QUESTÃO 17 _____

According to the text, choose the title that best summarizes the whole idea.

- (A) Black Friday in Brazil is the same as in the United States: a fraud.
- (B) It is impossible to find good deals all year round.
- (C) Stores lure Americans with fake discounts on Black Friday.
- (D) Black Friday deal or dud?
- (E) The American way of shopping.

QUESTÃO 18 _____

According to the sentence “Mr. Levite said, only about 0.6 percent, or 200 out of the approximately 34,000 deals online, which typically carry the same price tags inside retailers’ physical stores, will be good ones on Black Friday” (lines 15 to 18), it is correct to affirm that

- (A) the word “ones” refers to “deals”.
- (B) “which” could be replaced by **that** without alteration of meaning and without breaking any grammar rules.
- (C) 34,000 should be written as “34.000” because comma is not used when writing numbers.
- (D) we could add an “s” to “**retailers**” (retailers’s) without making it wrong.
- (E) “price” in the text above has the same syntactic function as in the sentence “The prices are too high”.

QUESTÃO 19 _____

According to the sentence “They also look at whether the product is high quality and durable based on their own testing and other reviews, and whether the seller or brand has a reasonable return or warranty policy” (lines 11 to 14), choose the right alternative.

- (A) “Whether” could be replaced by **if** both times it was used.
- (B) “Whether” was used to introduce a single alternative, the other being implied.
- (C) It is correct to write: how is the whether today?
- (D) “Whether” could be replaced by **or** both times it was used.
- (E) “Other reviews” should be corrected to **others reviews**.

Text 6 to answer questions 20 to 23.



Photograph: Mattel

1 The Hello Barbie doll is billed as the world’s first
“interactive doll” capable of listening to a child and
responding via voice, in a similar way to Apple’s Siri [...] It
4 connects to the internet via Wi-Fi and has a microphone to
record children and send that information off to third parties
for processing before responding with natural language
7 responses.

But US security researcher Matt Jakubowski
discovered that when connected to Wi-Fi the doll was
10 vulnerable to hacking, allowing him easy access to the
doll’s system information, account information, stored audio
files and direct access to the microphone.

13 Jakubowski told NBC: “You can take that information
and find out a person’s house or business. It’s just a matter
of time until we are able to replace their servers with ours
16 and have her say anything we want.” Once Jakubowski took
control of where the data was sent the snooping possibilities
were apparent. The doll only listens in on a conversation
19 when a button is pressed and the recorded audio is
encrypted before being sent over the internet, but once a
hacker has control of the doll the privacy features could be
22 overridden.

It was the ease with which the doll was compromised
that was most concerning. The information stored by the
25 doll could allow hackers to take over a home Wi-Fi network
and from there gain access to other internet-connected
devices, steal personal information and cause other
28 problems for the owners, potentially without their
knowledge.

This isn’t the first time that Hello Barbie has been
31 placed under the privacy spotlight. On its release in March
privacy campaigners warned that a child’s intimate
conversations with their doll were being recorded and
34 analysed and that it should not go on sale.

With a Hello Barbie in the hands of a child and carried
everywhere they and their parents go, it could be the
37 ultimate in audio surveillance device for miscreant hackers.

ToyTalk and Mattel, the manufacturers of Hello
39 Barbie, did not respond to requests for comment.

Internet: <<http://www.theguardian.com/technology/2015/nov/26/hackers-can-hijack-wi-fi-hello-barbie-to-spy-on-your-children->>.
Access: 26 dez. 2015, adapted.

QUESTÃO 20 _____

According to the text above, the doll

- (A) was designed to be a spy.
- (B) is not safe for children for not having privacy features.
- (C) says anything Jakubowski wants.
- (D) may be an incredible asset for the security industry for being an audio surveillance device.
- (E) listens to the child and responds with natural language.

QUESTÃO 21 _____

The meaning of “bill” that makes sense in the context of the text is to

- (A) advertise.
- (B) list something or someone on an event.
- (C) charge for a payment.
- (D) send a note.
- (E) enter on an account.

QUESTÃO 22

The sentence in which the word in bold has the same function as the word “snooping” (line 17) is

- (A) by this time tomorrow I will be **contacting** the stockholders.
- (B) **asking** for help is always a good solution.
- (C) I forgot **locking** the door.
- (D) she was not **convinced** by him.
- (E) they watched a **well-played** game.

QUESTÃO 23

According to your knowledge of English and to this part of the text “Jakubowski told NBC: ‘You can take that information and find out a person’s house or business. It’s just a matter of time until we are able to replace their servers with ours and have her say anything we want’” (lines 13 to 16), choose the right alternative.

- (A) One only needs to inflect the verbs in the past in order to change this part into indirect speech.
- (B) It is possible to replace “we are able” with **can** without any alteration in the meaning and in grammatical correctness.
- (C) The word “ours” was chosen to avoid repetition of the word “servers”. The sentence would still be grammatically right if rewritten: “[...] to replace their servers with ours servers [...]”.
- (D) The word “have” indicates possession in the context above.
- (E) The word “information” does not have plural form.

Text 7 to answer questions 24 and 25.

“If you are walking down the right path and you are willing to keep walking, eventually you will make progress”.

Barack Obama

Internet: <<http://www.books4jobs.com/inspirational-life-quotes-by-worlds-top-10-powerful-people/>>. Access: 15 dez. 2015.

QUESTÃO 24

The text above is called a

- (A) quote.
- (B) note.
- (C) proverb.
- (D) poem.
- (E) letter.

QUESTÃO 25

Regarding the meaning of the text, choose the right alternative.

- (A) You must wait to be successful.
- (B) The text is referring to Johny Walker’s slogan: “Keep walking”.
- (C) If you keep walking you will find the right path.
- (D) Obama is talking about persistence.
- (E) All Americans make progress.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 26 a 50

QUESTÃO 26

Entre as competências do Tribunal de Contas da União (TCU), tratadas na respectiva lei orgânica, consta a de decidir a respeito da consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência. Nesse caso, a resposta tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.

Com base nessas informações, e considerando os entendimentos, com esse caráter normativo, em decisões de consultas exaradas pelo TCU, assinale a alternativa correta.

- (A) A comprovação de regularidade com a Fazenda Federal, a que se refere o art. 29, III, da Lei nº 8.666/1993, poderá ser dispensada nos casos de contratações realizadas mediante dispensa de licitação por limite de valor, com fulcro no art. 24, incisos I e II dessa mesma lei.
- (B) As circunstâncias do caso concreto sendo consideradas, pode ser legal o estabelecimento, por parte de gestor público, de margem de preferência nos editais licitatórios para contratação de bens e serviços, ainda que sem a devida regulamentação, via decreto do Poder Executivo Federal, desde que, no instrumento convocatório, sejam estabelecidos os percentuais para as margens de preferência normais e adicionais, e, ainda, seja discriminada a abrangência de sua aplicação.
- (C) A não comprovação da regularidade fiscal, incluindo a seguridade social, e o descumprimento de cláusulas contratuais podem motivar a rescisão contratual, a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, a retenção do pagamento devido e a aplicação das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993.
- (D) O direito de um ente público de contratar instituições financeiras para prestar serviços necessários à consecução das próprias atividades de autoadministração e implementação de ações governamentais pode ser considerado um ativo especial intangível e, nessa condição, pode ser objeto de alienação, por meio de licitação, sendo que a adoção de critério de julgamento de propostas não previsto na legislação do pregão, do tipo maior valor ofertado, somente seria admissível, em princípio, em caráter excepcional.
- (E) A remuneração pelo exercício de função comissionada ou cargo em comissão está sujeita ao teto remuneratório constitucional, desde que supere, por si só, aquele limite.

Área livre

QUESTÃO 27

No ordenamento jurídico vigente, a responsabilidade civil desdobra-se, no âmbito privado, com base na teoria da responsabilidade subjetiva e, no âmbito público, com amparo na responsabilidade objetiva. Segundo entendimento de José dos Santos Carvalho Filho, no que se refere à aplicação desses âmbitos no contexto das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e considerando a relação da responsabilidade delas com a pessoa federativa a que estão vinculadas, assinale a alternativa correta.

- (A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, por serem integrantes da administração pública indireta, submetem-se à responsabilidade civil objetiva, sem exceções.
- (B) A Constituição Federal expressamente exclui as empresas públicas e sociedades de economia mista do âmbito da responsabilidade civil objetiva.
- (C) É preciso definir se a atividade exercida pela empresa pública ou sociedade de economia mista é relativa à exploração econômica em sentido estrito ou à prestação de serviços públicos típicos.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, por serem regidas pelo direito privado nas respectivas relações com terceiros, ainda que integrantes da administração pública indireta, submetem-se à responsabilidade civil subjetiva, sem exceções.
- (E) Em se tratando de empresa pública ou de sociedade de economia mista que explore atividade econômica, não fica caracterizada a responsabilidade subsidiária da pessoa federativa a que estão vinculadas; já, em se tratando de empresa pública ou de sociedade de economia mista que preste serviços públicos típicos, há a incidência da responsabilização subsidiária, mas nunca solidária, daquela pessoa federativa.

QUESTÃO 28

A Lei nº 9.469/1997 disciplina a relação da União com as entidades da administração indireta, com relação a assuntos judiciais e extrajudiciais. Com base nessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) O advogado-geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais poderão autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para terminar o litígio, nas causas de valor até R\$ 500.000,00.
- (B) A autorização para a não propositura de ações e a não interposição de recursos dependem de prévia e expressa autorização do ministro de Estado ou do titular da Secretaria da Presidência da República a cuja área de competência estiver afeto o assunto, assim como o requerimento de extinção das ações em curso ou de desistência dos respectivos recursos judiciais, para cobrança de créditos, atualizados, de valor igual ou superior a R\$ 10.000,00.
- (C) Se houver súmula da Advocacia-Geral da União, o advogado-geral da União poderá dispensar a propositura de ações ou a interposição de recursos judiciais quando a controvérsia jurídica estiver sendo iterativamente decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelos Tribunais Superiores.

- (D) A União poderá intervir nas causas em que figurarem, como autoras ou rés, autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas federais, e as pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.
- (E) Ao advogado-geral da União cabe a decisão final quanto à celebração de termo de ajustamento de conduta, para prevenir ou terminar litígios, nas hipóteses que envolvam interesse público da União, suas autarquias, fundações, bem como empresas públicas e sociedades de economia mista, essas últimas, desde que dependentes.

QUESTÃO 29

O mandado de segurança é importante ação constitucional a fim de garantir os direitos fundamentais em face de ilegalidade ou abuso de poder a qualquer pessoa física ou jurídica que sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade. No que se refere ao regramento legal vigente do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Esse mandado poderá ser impetrado, independentemente de recurso hierárquico, contra omissões da autoridade, no prazo de até 120 dias após a respectiva notificação judicial ou extrajudicial.
- (B) Não se concederá mandado de segurança quando tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
- (C) O advogado-geral da União ou quem tiver a representação judicial da União, do estado, do município ou da entidade apontada como coatora, no prazo de 48 horas da notificação da medida liminar, remeterá à autoridade coatora e às autoridades administrativas cópia autenticada do mandado notificador, requerendo indicações e elementos outros necessários às providências a serem tomadas para a eventual suspensão da medida e defesa do ato apontado como ilegal ou abusivo de poder.
- (D) A ilegitimidade sendo suscitada pela autoridade coatora, o impetrante poderá emendar a inicial no prazo de 10 dias, observado o prazo decadencial.
- (E) Nos casos de competência originária dos tribunais, caberá ao relator a instrução do processo, sendo assegurada a defesa oral na sessão do julgamento, cabendo, da decisão do relator que conceder ou denegar a medida liminar, agravo ao órgão competente do tribunal que integre.

QUESTÃO 30

Com relação às disposições constitucionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), assinale a alternativa correta.

- (A) Ao Superior Tribunal de Justiça compete processar e julgar, originariamente, as ações contra o CNJ e contra o CNMP.
- (B) O CNMP escolherá, dentre seus membros, em votação secreta, um corregedor nacional.
- (C) Todos os membros do CNJ serão nomeados pelo presidente da República depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal e, caso não efetuadas as nomeações, no prazo legal, as referidas indicações caberão à escolha do Supremo Tribunal Federal (STF).
- (D) Ao CNJ e ao CNMP compete, respectivamente, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do Ministério Público, além do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e membros do Ministério Público, cabendo-lhe as competências constitucionais conferidas, além de outras atribuições que lhe forem concedidas pelo Estatuto da Magistratura e pela Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.
- (E) Ao Senado Federal compete privativamente processar e julgar os membros do CNJ e do CNMP, nos crimes de responsabilidade, e ao STF processá-los e julgá-los originariamente nas infrações penais comuns.

QUESTÃO 31

O controle de constitucionalidade concentrado mostra-se relevante, pois vincula a atuação da Administração Pública e do Poder Judiciário, razão pela qual o conhecimento das matérias nesse nível é importante. Acerca desse tema, de acordo com o tratamento conferido às respectivas matérias no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

- (A) Diante da natureza da ação direta de inconstitucionalidade e da natureza objetiva do controle concentrado de constitucionalidade, é viável o ajuizamento de cautelar inominada atrelada à ação direta de constitucionalidade e à ação de descumprimento de direito fundamental.
- (B) Os governadores de Estado, enquanto ostentarem esta condição, têm legitimidade para propositura de ação de controle concentrado de constitucionalidade; todavia, isso não implica que possam, em consequência, praticar, nos processos, atos ordinariamente privativos de advogado.
- (C) O ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade não está sujeito a observância de qualquer prazo de natureza prescricional ou de caráter decadencial, eis que atos inconstitucionais jamais se convalidam pelo mero decurso do tempo.
- (D) A manifestação do advogado-geral da União é necessária em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

- (E) A declaração final de inconstitucionalidade, quando proferida pelo STF em sede de fiscalização normativa abstrata, não importa em restauração das normas estatais anteriormente revogadas pelo diploma normativo objeto do juízo de inconstitucionalidade.

QUESTÃO 32

No que se refere ao disciplinamento dos institutos próprios do Direito Civil, com base em enunciados recentes orientativos à atuação judicial, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se admite pactuação de garantias contratuais atípicas.
- (B) Nas pretensões decorrentes de doenças profissionais ou de caráter progressivo, o cômputo da prescrição iniciar-se-á somente a partir da ciência inequívoca da incapacidade do indivíduo, da origem e da natureza dos danos causados.
- (C) A decretação *ex officio* da prescrição ou da decadência prescinde de oitiva das partes.
- (D) Não é possível adquirir a propriedade de área menor do que o módulo rural estabelecido para a região, por meio da usucapião especial rural.
- (E) O direito ao esquecimento não encontra respaldo legal para sua assecuração por tutela judicial inibitória.

QUESTÃO 33

Em relação às disposições previstas na Lei nº 8.437/1992, que trata acerca da concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é cabível a concessão da segurança de compensação de créditos tributários ou previdenciários.
- (B) No procedimento cautelar, são parcialmente coincidentes os motivos que justificam o não cabimento de medida liminar contra atos do Poder Público, com os que fundamentam proibição semelhante em ações de mandado de segurança.
- (C) Ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, compete suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, exclusivamente em caso de manifesto interesse público, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.
- (D) A oitiva pelo presidente do tribunal competente do autor e do Ministério Público, no caso de suspensão de execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, não é obrigatória legalmente.
- (E) O presidente do tribunal competente deverá fixar, na suspensão deferida de execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público, a data até a qual entende que deva produzir efeitos jurídicos.

QUESTÃO 34

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto aos recursos no âmbito daquela Corte de Contas Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Não cabe recurso de decisão que rejeitar alegações de defesa, converter processo em tomada de contas especial ou determinar sua instauração, ou ainda que determinar a realização de citação, audiência, diligência ou fiscalização, ressalvada a hipótese de embargos de declaração.
- (B) De reconsideração de decisão de mérito proferida em processo concernente a ato sujeito a registro e a fiscalização de atos e contratos cabe recurso.
- (C) Os embargos de declaração interrompem os prazos para cumprimento do acórdão embargado e para interposição dos demais recursos previstos no referido regimento interno.
- (D) De decisão definitiva em processo de prestação ou tomada de contas, inclusive especial, cabe pedido de reexame, com efeito suspensivo, para apreciação do colegiado que houver proferido a decisão recorrida, podendo ser formulado uma só vez e por escrito, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao tribunal, dentro do prazo de 15 dias.
- (E) De decisão definitiva em processo de prestação ou tomada de contas, inclusive especial, cabe recurso de revisão ao plenário, de natureza similar à da ação rescisória, com efeito suspensivo, interposto uma só vez e por escrito pelo responsável, seus sucessores, ou pelo Ministério Público junto ao tribunal.

QUESTÃO 35

No que se refere à condição do Estado como sujeito de direito internacional, é correto afirmar que a doutrina

- (A) Drago liga-se ao princípio da não intervenção europeia em assuntos do continente americano.
- (B) Estrada, a despeito de não negar a obrigação de a nação devedora reconhecer as próprias dívidas e procurar pagá-las, repudiava a sua cobrança como coerção, que poderia levar à absorção das nações mais pobres pelas nações mais ricas.
- (C) Drago não entende como legítimo que um Estado venha a ser instado a reconhecer um novo governo de um outro Estado, o que, na sua compreensão, levaria à indevida ingerência nos assuntos internos dos países.
- (D) Monroe concretizou-se com a instituição de consultas mútuas entre chancelarias americanas, com vista a consolidar resposta integrada em face de agressões que fossem objeto qualquer das nações do continente americano.
- (E) Brum prega uma resposta estreita de unidade de ação, enquanto expressão da integração e de solidariedade conjunta dos países americanos em face de ofensas cometidas contra qualquer país do continente, ficando conhecida como uma extensão continental das ideias de Monroe.

QUESTÃO 36

A respeito das fontes do direito internacional privado, assinale a alternativa correta.

- (A) Com a vigência do Novo Código Civil, instituído pela Lei nº 10.406/2002, houve modificações significativas em relação às normas de direito internacional privado vigentes no Brasil.
- (B) De acordo com a teoria da paridade, consagrada pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, havendo conflito entre o tratado internacional e a lei nacional posterior, prevalecem os compromissos externos fixados no tratado.
- (C) A denúncia de um tratado internacional com vigência no Brasil observa o mesmo procedimento da respectiva internalização, sendo indispensável a aprovação pelo Congresso Nacional, seguida da promulgação de decreto do Poder Executivo.
- (D) No direito internacional privado brasileiro, o direito costumeiro é incapaz de criar normas.
- (E) Embora o objeto da disciplina do direito internacional privado seja o direito interno, ele é considerado basicamente direito internacional em face das relações jurídicas de direito privado estritamente internacionais.

QUESTÃO 37

Acerca do trâmite recursal previsto na Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) O recurso, no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, será dirigido à autoridade que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de até cinco dias, e, não havendo reconsideração, deverá encaminhar à sua autoridade hierarquicamente superior, para que, no prazo de até cinco dias, decida a respeito.
- (B) O recurso, no caso de negativa ao acesso à informação ou às razões da negativa do acesso pela autoridade hierarquicamente superior à impugnada, deverá ser dirigido àquela autoridade que, em não reconsiderando a decisão, deverá dirigir o recurso ao ministro de Estado da área, que deliberará no prazo de até cinco dias.
- (C) O recurso, no caso de indeferimento pelo ministro de Estado da área, deverá ser a essa autoridade dirigido, a qual, se não reconsiderar, deverá remeter à Controladoria-Geral da União, para que, no prazo de até cinco dias, decida a respeito, sendo que, no caso de procedência, determinará ao órgão ou à entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na referida lei.
- (D) No caso de indeferimento pela Controladoria-Geral da União, desde que o objeto seja a desclassificação de informação secreta ou ultrassecreta, poderá haver recurso que será dirigido àquele órgão que, não reconsiderando, encaminhará à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, que decidirá a respeito no prazo de até 10 dias.
- (E) O requerente poderá recorrer ao ministro de Estado da área, sem prejuízo das competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações e da Controladoria-Geral da União previstas na referida lei, no caso de indeferimento de pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão da administração pública federal.

QUESTÃO 38

De acordo com as disposições vigentes da Lei nº 8.906/1994, que dispõe acerca do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no que se refere aos direitos dos advogados, assinale a alternativa correta.

- (A) São instrumentos de trabalho do advogado todo e qualquer bem móvel ou intelectual utilizado no exercício da advocacia, especialmente seus computadores, telefones, arquivos impressos ou digitais, bancos de dados, livros e anotações de qualquer espécie, bem como documentos, objetos e mídias de som ou imagem, recebidos de clientes ou de terceiros.
- (B) O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício da respectiva atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer.
- (C) Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade tratada no referido estatuto, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em qualquer hipótese, vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações a respeito de clientes, salvo a clientes do advogado averiguado que estejam sendo formalmente investigados como seus partícipes ou coautores pela prática do mesmo crime que deu causa à quebra da inviolabilidade.
- (D) A quebra da inviolabilidade prevista legalmente com base no referido estatuto, quando decretada contra advogado empregado ou membro de sociedade de advogados, será restrita ao local e aos instrumentos de trabalho privativos do advogado averiguado, não se estendendo aos locais e instrumentos de trabalho compartilhados com os demais advogados.
- (E) É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB e, na sua falta, em prisão domiciliar.

QUESTÃO 39

Considerando os entendimentos fixados nas súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Na apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, desde que da decisão possa resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa no processo perante o Tribunal de Contas da União.

- (B) O uso de algemas é lícito, exclusivamente, em casos de resistência e de fundado receio de fuga por parte do preso, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- (C) A adoção é inconstitucional, no cálculo do valor de taxa, ainda que de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto e que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- (D) A incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre operações de locação de bens móveis é constitucional.
- (E) Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

QUESTÃO 40

De acordo com os vigentes entendimentos fixados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em suas súmulas, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional e o empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitidos mediante aprovação em concurso, não são beneficiários da estabilidade após três anos de efetivo exercício, prevista no art. 41 da Constituição Federal de 1988.
- (B) A vedação prevista constitucionalmente de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- (C) Em face de expressa previsão constitucional da obrigatoriedade do concurso público para acesso à Administração Pública, direta ou indireta, não são convalidados os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da administração pública indireta, continua a existir após a respectiva privatização.
- (D) Salvo se constatada a inexistência de prejuízo, tendo havido pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula.
- (E) O *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, limita-se a quaisquer ações perante as varas do trabalho e os tribunais regionais do trabalho, não alcançando os processos que tramitem perante o TST, bem como perante o Supremo Tribunal Federal, ainda que, nesse último, haja discussão de matéria trabalhista.

QUESTÃO 41

Quanto às previsões vigentes contidas no Novo Código Civil em relação às sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

- (A) Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social, responde solidária e exclusivamente o respectivo subscritor, até o prazo de cinco anos da data do registro da sociedade.
- (B) A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após referida integralização.
- (C) Sem prejuízo dos poderes da assembleia dos sócios, deve o contrato social instituir conselho fiscal composto de três ou mais membros e respectivos suplentes, sócios ou não, residentes no País, a serem eleitos na assembleia anual.
- (D) Em um ano, extingue-se o direito de anular a aprovação do balanço patrimonial e do resultado econômico.
- (E) A sociedade dissolve-se, não havendo consenso unânime dos sócios, por, no mínimo, dois terços deles no caso de sociedade de prazo indeterminado.

QUESTÃO 42

Em relação às disposições a respeito das debêntures, previstas na Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores, assinale a alternativa correta.

- (A) A companhia emissora fará, nos livros próprios, as anotações referentes à extinção das debêntures, e manterá arquivados, pelo prazo de cinco anos, juntamente com os documentos relativos à extinção, os certificados cancelados ou os recibos dos titulares das contas das debêntures escriturais.
- (B) A companhia poderá emitir debêntures cujo vencimento somente ocorra nos casos de inadimplemento da obrigação de pagar juros e dissolução da companhia, ou de outras condições previstas no título.
- (C) Excetuados os casos previstos em lei especial, o valor total das emissões de debêntures não poderá ultrapassar o capital social da companhia.
- (D) A debênture poderá conter cláusula de correção monetária, aos mesmos coeficientes fixados ou para a correção dos títulos da dívida pública, ou com base na variação de taxa cambial.
- (E) As debêntures podem ser nominativas ao portador ou endossáveis.

QUESTÃO 43

De acordo com as vigentes súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O empregado que se demite antes de complementar 12 meses de serviço não tem direito a férias proporcionais.
- (B) O pagamento relativo ao período de aviso prévio, desde que trabalhado, está sujeito a contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

- (C) O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras, mas, durante as horas de sobreaviso, pelo fato de o empregado não se encontrar em condições de risco, é incabível a integração do referido adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas.
- (D) O adicional de insalubridade devido a empregado que, por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, percebe salário profissional será sobre ele calculado.
- (E) O direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço somente é assegurado nas rescisões de contrato de trabalho cujas admissões tenham ocorrido a partir da publicação da Lei nº 12.506/2011.

QUESTÃO 44

Acerca do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos tributos que se submetem a lançamento por homologação, o sujeito passivo antecipando o pagamento tributário, constitui-se e extingue-se o crédito tributário simultaneamente quando a autoridade administrativa toma conhecimento da atividade exercitada pelo sujeito passivo, haja vista, nos lançamentos por homologação, se não cogitar de homologação tácita, salvo após o decurso do prazo de cinco anos, previsto no Código Tributário Nacional.
- (B) Salvo nas hipóteses de concessão de medida liminar em mandado de segurança ou de tutela antecipada, que podem dispor de maneira diversa, a suspensão da exigibilidade diz respeito apenas à obrigação principal.
- (C) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.
- (D) Com base em previsão no Código Tributário Nacional, diferentemente do que ocorre no direito civil, só se permite a dação em pagamento em bens imóveis, ou seja, a substituição do dinheiro por bens imóveis.
- (E) Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da administração pública da União, dos estados, do Distrito Federal, ou dos municípios, ou sua autarquia, celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos federais, estaduais, distritais e municipais, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Área livre

QUESTÃO 45

Com relação às disposições acerca das estatais, contidas na Lei Complementar nº 101/2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a alternativa correta.

- (A) A LRF dispõe expressamente que as estatais dependentes estão compreendidas nas suas referências feitas à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, ao lado das respectivas administrações diretas, fundos, autarquias e fundações.
- (B) As instituições financeiras estatais também submetem-se aos limites e às condições estabelecidos pelo Senado Federal.
- (C) Equiparam-se a operações de crédito e estão vedadas a assunção direta de compromisso e a confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, aplicando-se essa vedação também às empresas estatais dependentes.
- (D) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou *déficits* de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e estar prevista no orçamento ou nos respectivos créditos adicionais, aplicando-se tais requisitos a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, exclusivamente as instituições financeiras.
- (E) Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, relativamente à escrituração das contas, as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, não se incluindo nelas somente as referentes às empresas estatais, ainda que dependentes.

QUESTÃO 46

Na relação taxativa contida na Lei nº 8.212/1991, que dispõe a respeito da organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências, **não** integra(m) o salário de contribuição

- (A) o salário-maternidade.
- (B) os valores recebidos em decorrência da cessão de direitos autorais.
- (C) o reembolso-creche pago em conformidade com a legislação trabalhista, independentemente da comprovação das despesas realizadas, se observado o limite máximo de seis anos de idade.
- (D) a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, desde que esse direito não seja extensivo à totalidade dos empregados da empresa.
- (E) a participação nos lucros ou resultados da empresa, desde que paga ou creditada de acordo com previsão originária em regulamentação específica coletiva de trabalho.

QUESTÃO 47

Assinale a alternativa que corresponde a uma hipótese de equiparação ao acidente de trabalho, nos termos expressamente contidos na Lei nº 8.213/1991, que dispõe acerca dos Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

- (A) Doença degenerativa.
- (B) Acidente ligado ao trabalho, que haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da respectiva capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a própria recuperação, mas desde que, nesse caso, tenha sido a sua causa única.
- (C) Doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou do contato direto ou indireto determinado pela natureza do trabalho.
- (D) Acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ofensa física ou psicológica intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.
- (E) Doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício da respectiva atividade.

QUESTÃO 48

Não é prevista a modalidade culposa nos crimes

- (A) relativos à licitação.
- (B) contra as relações de consumo.
- (C) de imprensa.
- (D) contra a incolumidade pública.
- (E) contra a Administração Pública.

QUESTÃO 49

A respeito das disposições contidas no Código Penal acerca dos crimes cometidos contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Dividem-se eles em crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral, praticados por particular contra a administração em geral e praticados por funcionários públicos e particular contra a administração pública estrangeira.
- (B) Há diferenciação na pena, no tipo penal da advocacia administrativa, quando o interesse privado patrocinado perante a Administração Pública é, ou não, considerado legítimo.
- (C) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha, ainda que temporariamente, para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de quaisquer atividades da Administração Pública.
- (D) É tipificada como descaminho a reinserção, no território nacional, de mercadoria brasileira destinada à exportação.
- (E) São tipos penais contra a administração pública estrangeira a corrupção ativa e passiva em transação comercial internacional e o tráfico de influência nesse tipo de transação.

QUESTÃO 50

Como orientação às autoridades submetidas ao Código de Conduta da Alta Administração Pública Federal na identificação de supostos conflitos de interesses, são previstas formas de prevenção, com a adoção de algumas medidas, entre as quais é correto citar a seguinte:

- (A) abrir mão, necessariamente, da atividade logo que ficar caracterizada a situação passível de suscitar conflito de interesses.
- (B) alienar bens e direitos que integram o respectivo patrimônio, uma vez caracterizado o conflito de interesses.
- (C) transferir a administração dos bens e direitos que possam suscitar conflito de interesses a instituição financeira ou a administradora de carteira de valores mobiliários autorizada a funcionar pelo Banco Central ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, mediante instrumento contratual que contenha cláusula que vede a participação da autoridade em qualquer decisão de investimento, assim como o seu prévio conhecimento de decisões da instituição administradora quanto à gestão dos bens e direitos.
- (D) comunicar, na hipótese de conflito de interesses específico e desde que permanente, sua ocorrência ao superior hierárquico ou aos demais membros de órgão colegiado de que faça parte a autoridade, em se tratando de decisão coletiva, abstendo-se de votar ou participar da discussão do assunto.
- (E) divulgar publicamente a própria agenda de compromissos, com identificação das atividades, desde que sejam decorrência do cargo ou função pública.

Área livre

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva:

- A prova discursiva consiste na elaboração de um texto dissertativo e (ou) descritivo.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada de material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e não deverá conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- O texto deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 40 (quarenta) linhas, com base no formulário a seguir apresentado.

Leia, com atenção, as informações a seguir.

Redija um texto dissertativo e (ou) descritivo, abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) analisar se existe(m) enunciado(s) de súmula editado(s) pelo advogado-geral da União e spondendo a respeito do tratamento que devem dar as partes, para fins previdenciários, em relação à natureza das verbas que tenham sido objeto de acordo em reclamatórias trabalhistas. Em caso afirmativo, há previsão legal para a edição desse(s) enunciado(s)? Qual(is)?
- b) se houver enunciado(s), há diferença(s) nesse tratamento em relação ao momento do acordo? Em caso afirmativo, citar essa(s) diferença(s), mencionando em que entendimento(s) se fundamenta(m)? Caso não haja enunciado(s), existe fundamentação para a respectiva(s) edição(ões)? Qual(is)?

Área livre – Rascunho na página seguinte

Rascunho

1

5

10

15

20

25

30

35

40

PROVA APLICADA